

SIMULADO – A AVALIAÇÃO E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

1. (BIG ADVICE/2017) Assinale a alternativa incorreta sobre a avaliação na Educação Especial:

- a)** No decorrer do processo educativo deverá ser realizada uma avaliação pedagógica dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, objetivando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo em suas múltiplas dimensões.
- b)** A avaliação na Educação Especial deverá levar em consideração todas as variáveis: as que incidem na aprendizagem com cunho individual; as que incidem no ensino, como as condições da escola e da prática docente; as que inspiram diretrizes gerais da educação, bem como as relações que se estabelecem entre todas elas.
- c)** Ao contrário do modelo clínico tradicional e classificatório, a ênfase da avaliação recai no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, bem como na melhoria da instituição escolar.
- d)** A avaliação constitui-se em processo contínuo e permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e de aprendizagem, objetivando identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família.
- e)** N.D.A.

2. (CESGRANRIO/2016)



Armandinho – Alexandre Beck. Disponível em: <<http://facebook.com/tirasarmandinho>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

Se um jovem sai de uma escola obrigatória, persuadido de que as moças, os negros ou os muçulmanos são categorias inferiores, pouco importa que saiba gramática, álgebra ou uma língua estrangeira. A escola terá falhado drasticamente.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar.**
Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 147.

A charge de Alexandre Beck e o texto de Philippe Perrenoud apontam, respectivamente, os seguintes desafios atuais do currículo:

- a) a avaliação formativa e a educação para a cidadania.
- b) a avaliação formativa e a pedagogia de projetos.
- c) a pedagogia de projetos e o ensino de competências.
- d) a pedagogia de projetos e o respeito às diferenças.
- e) a educação para a cidadania e o respeito às diferenças.

3. (CESGRANRIO/2016) Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão (2013), a avaliação é fundamentada pela concepção de educação e compreendida em três dimensões, que devem ser contempladas no projeto político-pedagógico da instituição escolar, norteadoras das relações entre gestão escolar, professor, estudante, conhecimento e sociedade.

Sobre as três dimensões avaliativas, é CORRETO afirmar:

a) A Avaliação da Aprendizagem refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica; A Avaliação Institucional Interna considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola; A Avaliação Institucional Externa é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam.

- b)** A Avaliação da Aprendizagem refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica; A Avaliação Institucional Interna é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam; A Avaliação Institucional Externa considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola.
- c)** A Avaliação da Aprendizagem considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola; A Avaliação Institucional Interna refere-se às habilidades, conhecimentos, princípios e valores dos sujeitos do processo educativo, articulados aos princípios da educação básica; A Avaliação Institucional Externa é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam.
- d)** Não há diretrizes específicas que tratem de três dimensões avaliativas nas instituições, em função de haver autonomia escolar sobre como orientarem seus propósitos avaliativos.
- e)** A Avaliação da Aprendizagem é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, inclui pesquisas, provas, dados estatísticos e decorrentes de supervisão in loco, ou dados que a substituam; A Avaliação Institucional Interna considera a regulamentação vigente para revisão de objetivos e metas, mediante ação dos segmentos da comunidade escolar, pressupõe indicadores institucionais e clareza quanto à qualidade social das aprendizagens e da escola; A Avaliação Institucional Externa é promovida por órgãos superiores dos sistemas educacionais, exclui pesquisas, provas, dados estatísticos e são unicamente decorrentes de supervisão in loco.

4. (COLÉGIO PEDRO II/2016) O artigo 32 das Diretrizes Nacionais da Educação Básica trata da avaliação e assim expressa:

A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da publicação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica.

Com vistas a assumir um caráter processual, formativo e participativo, além de ser cumulativa e diagnóstica, a avaliação pressupõe essencialmente

- a)** a contextualização dos conteúdos, assegurando que a aprendizagem seja relevante e significativa.
- b)** a obrigatoriedade de promover a aceleração de estudos para alunos com defasagem de idade-série.
- c)** a decisão sobre a utilização de abordagens e estratégias, a fim de garantir o cumprimento do conteúdo pré-definido.
- d)** a flexibilização do trabalho docente na escolha de estratégias e abordagens que atendam às necessidades dos alunos.

5. (COPEVE-UFAL/2017) A mudança para o Ensino Fundamental de Nove Anos, no qual as crianças ingressam com seis anos no primeiro ano e não mais com sete anos na primeira série, faz com que se repense o trabalho a ser realizado, considerando-se as suas características.

RAPOPORT, Andrea; FERRARI, Andrea; SILVA, João Alberto da. A criança de seis anos e o primeiro ano do ensino fundamental. In: RAPOPORT, A; SARMENTO, D.; NÖMBERG, M.; PACHECO, S. (Orgs.). A criança de seis anos: no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009, p. 9.

A mudança na Lei descrita no enunciado permitiu aos professores do ensino infantil

- a)** modificar os procedimentos de avaliação.
- b)** ampliar as oportunidades de qualificação.
- c)** descartar a obrigatoriedade de alfabetizar.
- d)** repensar as estratégias de curricularização.
- e)** alterar a permanência dos alunos na escola.

6. (FUNDEP/2016) Segundo a Lei Nº 9394/96 – Diretrizes e bases da educação nacional, antes de cada período letivo, as instituições de ensino superior informarão aos interessados, **EXCETO:**

- a)** Os programas dos cursos e demais componentes curriculares.
- b)** O reconhecimento do curso.
- c)** A qualificação dos professores.
- d)** Os critérios de avaliação.

7. (PREFEITURA DE RIO DE JANEIRO – RJ/2016) O Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 04 de 1998 esclarece que os sistemas de ensino possuem autonomia para desenvolver suas áreas curriculares. Contudo, deixa claro que as propostas pedagógicas das escolas devem integrar bases teóricas que favoreçam a organização dos conteúdos do paradigma curricular da Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada, visando ser coerente:

- a)** na legislação, no controle e no monitoramento.
- b)** na programação, na execução e no monitoramento.
- c)** no currículo oculto, no currículo formal e no currículo real.
- d)** no planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas pedagógicas.

8. (CESPE/2017) Julgue o item a seguir de acordo com a legislação que dispõe sobre a educação brasileira e com as disposições e normas estabelecidas pelo Conselho de Educação do DF (CEDF).

Os componentes curriculares da parte diversificada são objeto de avaliação do estudante, incluem-se no cômputo da carga horária e são objeto da avaliação a que os estudantes são submetidos, devendo constar nos documentos de escrituração escolar.

9. (CESGRANRIO/2016) Na primeira reunião do ano, a diretora de uma escola municipal planejou com sua equipe o trabalho a ser desenvolvido com as turmas de Educação Infantil, discutindo especialmente as formas de avaliação das crianças e a distribuição de carga horária pelos dias de trabalho educacional.

Nessa reunião, eles verificaram que, conforme o disposto na Lei nº 9.394/1996 e suas alterações posteriores, a avaliação deve ser feita mediante

- a)** realização de provas subjetivas, com o objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária mínima anual de 700 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional.
- b)** realização de provas objetivas visando à promoção para o acesso ao Ensino Fundamental e Médio, e carga horária mínima anual de 900 horas, distribuídas por um mínimo de 250 dias de trabalho educacional.
- c)** acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional.
- d)** acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, e provas objetivas, com a finalidade de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária anual de, no mínimo, 850 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional.
- e)** acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, e carga horária mínima anual de 700 horas, distribuídas por um mínimo de 180 dias de trabalho educacional.

10. (CESPE/2017) Tendo como referência a legislação educacional brasileira e do DF, julgue o item a seguir.

O sistema permanente de avaliação educacional do DF tem como princípio a centralidade no conteúdo das aprendizagens.

11. (CESPE/2017) Com relação aos elementos constitutivos da operacionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, julgue o item seguinte.

A avaliação das redes de educação básica deve ocorrer entre os pares, aos quais cabe elaborar o relatório das condições da unidade escolar.

12. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO – RJ/2016) Em uma determinada escola, no início do ano, professores se organizavam para planejar a proposta pedagógica para o ano letivo. Um grupo de professores entregou à Coordenação Pedagógica sua listagem de conteúdos que seriam desenvolvidos ao longo do ano e preparava-se para ir embora. A direção da escola solicitou que permanecessem para a reunião de planejamento com todo o corpo docente. A diretora tomou essa iniciativa baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 20 de novembro de 1996, que anuncia em seu Art. 13, que docentes incumbir-se-ão de:

- a)** ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- b)** ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar facultativamente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- c)** elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo sua proposta pedagógica, garantindo assim a autonomia pedagógica do docente.
- d)** elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

13. (CESGRANRIO/2016) Um dos grandes desafios da educação inclusiva é desenvolver na escola a prática de currículos adaptados que possam atender às diferenças na aprendizagem significativa, à qual se chega pela interação (sistemizada e dirigida) do sujeito com o objeto.

A aprendizagem significativa supõe

- a)** valorização dos conhecimentos prévios dos alunos e adequado trabalho de incorporação dos novos conhecimentos.
- b)** seleção de livros didáticos e confecção de materiais ilustrativos dos temas.
- c)** exclusividade no uso da memorização e da repetição dos temas.
- d)** avaliação única com análise e comentários do professor.
- e)** análise dos resultados obtidos e reforço nos temas que apresentem maior dificuldade.

14. (COPEVE-UFAL/2017) O Título IV da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece a “Organização da Educação Nacional”, definindo incumbências aos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Acerca das incumbências relativas à União, assinale a alternativa correta.

- a)** Exercer função redistributiva e supletiva para que os demais entes da federação consigam atingir o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.
- b)** Normatizar acerca do funcionamento, extinção e outros aspectos relativos aos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas e privadas de ensino.
- c)** Apresentar um Plano Nacional de Educação elaborado por seu corpo de técnicos, que servirá de referência aos Estados, Distrito Federal e Municípios na elaboração de seus próprios planos.
- d)** Financiar os entes federativos para que montem seus próprios processos de avaliação do rendimento escolar no ensino médio e superior, objetivando a definição de diretrizes para a melhoria do ensino.

e) Fiscalizar a elaboração e implementação de um sistema de avaliação das instituições de ensino superior estaduais e municipais, garantindo que aqueles entes encaminhem uma contínua prática avaliativa.

15. (CESPE/2017) Com relação às Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens, julgue o próximo item.

A organização do trabalho pedagógico no 3º ciclo para as aprendizagens deve ser composta por estratégias de intervenção pedagógica pautadas na avaliação somativa, isto é, no critério meritocrático — ao estudante será atribuída nota conforme seu rendimento em provas e testes objetivos.

16. (CESPE/2017) Com relação aos elementos constitutivos da operacionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, julgue o item seguinte.

Os elementos constitutivos que viabilizam a operacionalização dessas diretrizes são: o projeto político-pedagógico; o regimento escolar; o sistema de avaliação; a gestão democrática; a organização da escola; o professor; e o programa de formação docente.

17. (VUNESP/2016) É correto afirmar que, conforme o estabelecido no inciso V do artigo 24 da LDBEN nº 9.394/1996, a verificação do rendimento escolar observará, entre outros, o seguinte critério:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos.

b) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizagem.

c) obrigatoriedade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, independentemente da verificação de aprendizado.

- d)** obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela, de preferência fora do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.
- e)** obrigatoriedade de aplicação de provas finais como condição para o avanço nos cursos e nas séries.

18. (VUNESP/2016) É correto afirmar que, conforme o artigo 31 da LDBEN nº 9.394/1996, uma das regras comuns à organização da Educação Infantil, dentre outras, é:

- a)** avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças com o objetivo de promoção para o ensino fundamental.
- b)** carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um total de 180 (cento e oitenta) dias letivos.
- c)** atendimento à criança de no mínimo 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 8 (oito) horas para a jornada integral.
- d)** controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de horas.
- e)** expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

19. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em dezembro de 1996, estabelece que a “avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Assim, de acordo com a LDB, sobre a prática da avaliação na educação infantil, é correto afirmar que

- a)** as notas devem ser substituídas por conceitos do tipo: ótimo, bom, regular ou fraco.
- b)** no acompanhamento do desenvolvimento infantil, só serão registrados os fatos positivos.

- c)** a passagem da pré-escola para o ensino fundamental será decidida pelo Conselho de Classe.
- d)** a aprovação do aluno deve estar condicionada ao seu desempenho global, e não aos conteúdos.
- e)** a avaliação deve ter caráter formativo, sem produzir notas ou reprovações ao final de cada ciclo.

20. A avaliação escolar tem três funções possíveis: somativa, diagnóstica e formativa. A ênfase dada pela pedagogia tradicional à avaliação somativa deu lugar, nas últimas décadas, à avaliação formativa, por ser mais compatível com as concepções contemporâneas do educando como agente da sua aprendizagem, bem como com a busca de um desenvolvimento autônomo e preservação da autoestima. Em toda a educação básica e, particularmente, na educação infantil, a avaliação formativa deve ser priorizada.

Pode-se considerar uma boa prática de avaliação formativa

- a)** o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- b)** esta prova de concurso que você está respondendo.
- c)** a Provinha Brasil, que afere o desempenho da leitura no 1º ano do EF.
- d)** portfólio ou os registros dos trabalhos sobre a vida escolar de cada aluno.
- e)** os testes aplicados na seleção de candidatos a emprego pelos setores de RH.

GABARITO

- 1. E**
- 2. E**
- 3. A**
- 4. D**
- 5. C**
- 6. B**
- 7. D**
- 8. C**
- 9. C**
- 10. E**
- 11. E**
- 12. A**
- 13. A**
- 14. A**
- 15. E**
- 16. C**
- 17. B**
- 18. E**
- 19. E**
- 20. D**